



MARRETA

**LIGA
OPERÁRIA**

Filiado a Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário de Minas Gerais - FTICMMG

Informativo Oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de BH, Sabará, Lagoa Santa, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Nova Lima, Rio Acima e Raposos - Tel: (31) 3449.6100 - Rua Além Paraíba, 425 - Lagoinha - BH

10.09.2008

Onde estão os Direitos Humanos?

Governo do estado utiliza mão-de-obra carcerária e não paga direitos trabalhistas na obra do Centro Administrativo



Obras do Centro Administrativo: irregularidades e desrespeito aos direitos trabalhistas

Na obra do Centro Administrativo, o governo estadual e as empreiteiras utilizam presidiários como mão-de-obra semi-escrava. Os detentos não têm assegurados os direitos trabalhistas da categoria da construção, trabalham no horário noturno e recebem um valor irrisório (muito abaixo do já miserável salário mínimo). R\$110,00 (cento e dez reais) para o preso e R\$110,00 para a família.

Esta prática de exploração de força de trabalho semi-escrava é inaceitável; bem como, a famigerada Lei de Execução Penal Estadual de Minas Gerais (Lei nº 11.404/94), que determina esse tipo de exploração e sub-remuneração dos detentos.

Esta prática nefasta que fere todos os direitos humanos, foi cruelmente aplicada em colônias como a Guiana Francesa, quando os detentos eram forçados a trabalhar até a morte em ilhas, submetidos à mais atroz violência, servindo de mão-de-obra escrava e carne de canhão para as potências colonizadoras. No reacionário sistema do Estados Unidos também é prática freqüente.

Os operários da construção do Centro Administrativo no bairro Serra Verde são submetidos a uma situação de vil exploração e ilegalidades

cometidas pelo governo do estado. O governo Aécio Neves - PSDB não paga o salário e demais direitos determinados pela Convenção Coletiva de Trabalho firmada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção de Belo Horizonte e Região.

Os direitos humanos e trabalhistas são desrespeitados a todo momento. Os trabalhadores estão expostos a eminentes riscos de acidentes de trabalho devido ao excesso de jornada de trabalho, descumprimento das normas de segurança e saúde do trabalhador. Os operários também são constrangidos a trabalhar o tempo todo monitorados por câmeras de vigilância como se fossem criminosos.

Para descumprir com os direitos trabalhistas dos operários nas obras do Centro Administrativo, o governo aplica de forma ilegal a Convenção da construção pesada.

Mas os prédios do Centro Administrativo não são obras de construção pesada, são obras da CONSTRUÇÃO CIVIL. Portanto, o governo deve cumprir a Convenção do STIC-BH e pagar todos os direitos dos trabalhadores daquelas obras conforme ela determina, e de forma retroativa, inclusive pagar todos os direitos trabalhistas aos presos.

Audidores Fiscais do Ministério do Trabalho e STIC-BH apuram absurdas irregularidades e descumprimento com os direitos humanos e direitos trabalhistas nas obras do Centro Administrativo

Uma comissão mista de auditores fiscais e diretores do Sindicato dos Trabalhadores da Construção inspecionou a obra do Centro Administrativo, no bairro Serra Verde, e detectou uma série de descumprimentos dos direitos dos trabalhadores. São eles:

1 – Jornada de trabalho estafante, muito acima da determinada na CLT. A obra, com cunho eleitoral, é feita à toque de caixa para cumprir as metas do governo. Há denúncia de operários que trabalharam 30 dias seguidos sem direito a descanso;

2 – Ausência de repouso semanal remunerado.

3 – Aplicação de convenção coletiva da cons-

trução pesada quando deveria ser aplicada a da construção civil, que além de possuir um salário maior, possui mais benefícios conquistados através da luta da categoria e que são negados pelo governo;

4 – Apuração de diferenças do FGTS. Há denúncias de construtoras que não depositam o FGTS dos trabalhadores;

5 – Pagamento de horas extras com percentual de 60% quando tem de ser 100%;

6 – Diversos Autos de Infração emitidos por auditores fiscais do Ministério do Trabalho por irregularidades nas normas de segurança e saúde do trabalhador;

Onde estão os direitos humanos?

Desabamento da Gameleira: 37 anos de impunidade e negligência do Estado

Um dos casos mais graves de negligência e assassinatos de operários em canteiros de obras completou 37 anos e os criminosos continuam impunes. A obra do Parque de Exposição da Gameleira, realizada em 1971 durante o governo de Israel Pinheiro, também construída à toque de caixa e também com intuítos eleitoreiros, foi palco de um desastre que matou 69 operários e mutilou dezenas de outros.

O desabamento da Gameleira foi fruto da negligência e desrespeito com os direitos dos trabalhadores. Os operários denunciavam que a obra não era sólida, mas o governador quis inaugurá-la de qualquer forma para se promover, ordenando a retirada



das escoras das lajes, o que fez a obra ruir sobre dezenas de trabalhadores.

Este acidente causou mortes, sofrimento e a desgraça para centenas de trabalhadores e suas famílias, e muitas até hoje lutam por justiça e indenizações.

Onde estão os direitos humanos?

Vila Bandeira vermelha: há 9 anos mandante e executores de Helder e Erionides permanecem impunes

Em 26 de abril de 1999 a prefeitura de Betim, na gestão de Jesus Lima – PT, ordenou a desocupação violenta do terreno tomado no Bairro Bandeirinhas por 200 famílias sem-casa. A ação truculenta e sanguinária de mais de 600 policiais fortemente armados, que dispararam contra mulheres, crianças e adultos, assassinou dois trabalhadores, pais de família, os companheiros Elder e Erionides, que defendiam seu direito à moradia.

Uma audiência especial da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi dedicada para debater o caso e apurar as denúncias das famílias, mas até hoje nenhuma providência concreta foi tomada.

Até hoje, mandante e executores dos assassinatos e da violência contra as famílias da Vila Bandeira Vermelha permanecem impunes. Exigimos que se faça justiça! ***Onde estão os direitos humanos?***

Agressão contra professores por seguranças da Assembleia Legislativa permanece impune

No dia 12 de agosto de 2003, professores da rede estadual de ensino que protestavam nas galerias da Assembleia Legislativa contra o pacote de medidas da maléfica reforma administrativa do governo Aécio, foram presos e espancados pelos seguranças da casa.

Os professores foram levados para a sala de segurança da Assembleia onde continuaram sendo espancados.

Esta agressão contra os trabalhadores foi denunciada às Comissões de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e do Ministério Público e até hoje nenhuma providência foi tomada.

Onde estão os direitos humanos?